

O PORTUGUÊS COMO INSTRUMENTO DE COESÃO NA LIDERANÇA DO ENSINO SUPERIOR

*Carlos Ascenso André
Instituto Politécnico de Macau*

O lugar é ermo, deserto, com as cores e as vestes do abandono. Pedaco perdido de uma cidade fantasma, dir-se-ia. Cores gastas de poeira e tempo, chão recoberto de ervas daninhas, restos de vidros nas janelas que o já não são. Terá sido habitado, sente-se. Mas, da presença humana, mais não ficou que um rasto que os trilhos dos escombros em breve farão desaparecer. É o retrato da ruína, simulacro de casa assombrada.

Passei, há dias, num dos locais onde, durante anos, existiu um posto fronteiriço entre Portugal e Espanha. Do que, antes, eram edifícios sólidos, robustecidos pela presença de forças policiais, não restam mais do que umas paredes em ruínas. E, mesmo estas, em vias de serem removidas, até não restar um único sinal do que ali marcou, durante muitas décadas, a separação física e real entre dois povos vizinhos.

Não é por acaso que refiro este exemplo. É a marca física daquilo que se tornou um lugar comum na nossa linguagem do quotidiano: caminhamos para um mundo sem fronteiras. O mundo que nos espera, no virar dos próximos anos (mais próximos, talvez, do que supomos), será bem diferente daquele que, hoje, nos acolhe. A palavra fronteira, posto que faça, ainda, sentido do ponto de vista policial, na perspetiva da segurança, a palavra “border”, com toda a força que ela no Inglês carrega consigo, vai deixando de fazer sentido. Um dia destes, talvez mais perto que longe, o meu neto há-de perguntar-me, entre o espanto e o desconhecimento: “o que é isso de fronteira?”

Caminhamos, pois, a passos largos para esse tal mundo sem fronteiras. As tecnologias da informação e da comunicação, obreiras de diálogos abertos, avessos a barreiras e alheios a distâncias, a economia, cada vez mais global e, mais do que isso, globalizante, o que não é o mesmo, os sistemas de transportes, cada vez mais sofisticados e fazedores de mobilidades até há anos insuspeitadas (e ainda não chegámos à era de concretização de modelos por ora apenas existentes na ficção científica), os mercados financeiros, sem rosto, sem língua, sem nacionalidade, sem balcão, tudo isso e muito mais que se não diz aqui, por dispensável, contribui para aquilo a que convencionámos, com não muita felicidade de expressão, chamar o mundo global. Com não muita felicidade de expressão, porque, valha a verdade, o mundo sempre foi global – cada vez mais a História no-lo ensina.

Nesse processo, que vertiginosamente se vai acentuando, as identidades esbatem-se, até que nos fundimos numa espécie de identidade coletiva, que pouco mais será que identidade nenhuma.

O sentido gregário, próprio do ser humano, que sem ele não saberia sobreviver (os Gregos, melhor do que muitos outros, no-lo ensinaram), adquire, desta forma, outra dimensão: a era dos povos, das nações, tende a ser substituída pela era das organizações.

O que vale, enfim, por dizer que o mundo, como o conhecemos, está em extinção; e que o mundo que não conhecemos vem aí, apresentar-se-á a nossos olhos ao virar de uma qualquer esquina de um tempo aqui perto; mas não o conhecemos. Nem sabemos como vai ser. Conhecê-lo-emos quando nos surgir diante; e, nessa altura, será tarde, porque já seremos parte dele, tal como se nos apresenta.

A este movimento de adaptação a um mundo sem fronteiras, que dá pelo nome de internacionalização, todos aderimos, seja de forma espontânea, seja de modo consciente, seja, as mais das vezes, em atitude ativa. Todos somos, ao mesmo tempo, atores e resultado da internacionalização. Nem sempre, valha a verdade, em obediência a princípios, critérios, objetivos, linhas de rumo, devidamente estruturados e desenhados e metodicamente prosseguidos. Muitas vezes, pelo contrário, estamos na internacionalização (ou fazemo-la, mesmo), sem critério, num processo onde o único rumo parece ser o desejo de sair para fora do espaço onde nos confinamos – internacionalizar, no fim de contas –, o mesmo é dizer romper fronteiras.

A este movimento, não raro quase desregrado, como se fosse imperioso e urgente, para não dizer indispensável, construir, hoje, novos impérios, à escala dos velhos impérios da Antiguidade (Roma, Grécia, Pérsia, Macedónia, Turquia e por aí fora), mas que nada tem a ver, afinal, com esses impérios de antanho, porque esses não buscavam romper fronteiras, antes alargá-las, a esse movimento sucede (sem a ele se contrapor, convenhamos) um outro, que o tempera, que o modera, que, em certa medida, o restringe.

É uma daquelas advertências que os sinais dos tempos, legíveis no devir da História, nos ensinaram a escutar e que, neste caso, nos adverte de que, num mundo sem fronteiras, haverá, porventura, outras fronteiras a cultivar.

Foi assim que, quando o Ensino Superior começou a viver a febre da internacionalização (e não se leia nesta qualificação qualquer menosprezo), surgiram as redes: a rede de Utrecht; o Grupo de Coimbra, o Grupo Tordesilhas, o Grupo de Compostela, a Rede UNAMUNO, para lembrar, apenas e ao acaso, algumas, de entre as muitas que poderiam ser referidas em todo o mundo. Não existe nenhuma instituição de ensino superior, por certo, que não pertença a uma ou mais redes internacionais. Seria quase impossível enumerá-las todas, sem sérios riscos de omissão.

Os laços, que são, no fim de contas, as razões para constituição de uma rede, o mesmo é dizer, para o estabelecimento de uma nova fronteira, são de vária ordem:

Existem redes constituídas por áreas científicas.

Existem redes que se vão consolidando em função de afinidades temáticas.

Existem redes de instituições que buscam na História motivos de parentesco.

Constituem-se redes ocasionais, com objetivos específicos.

É uma forma, importa reconhecê-lo, de dar outro rumo e outro norte à internacionalização. Uma forma, por assim dizer, de a regular, de a não deixar, simplesmente, acontecer. Uma forma de reconhecer e afirmar que a abolição de fronteiras (de todas as fronteiras, entenda-se) não pode ser o objetivo último da internacionalização e que nunca será, em si mesma, um valor universal.

Tudo isto para dizer que foi assim que surgiu o FORGES ou a FORGES, numa adesão ao espírito de internacionalização dominante, mas dentro do princípio que acima foi designado de moderação ou regulação, uma vez que, no esbater das fronteiras geográficas, nasceu com duas outras fronteiras – uma de natureza temática, outra de natureza linguística.

De natureza temática, desde logo. Esta é, de entre as correntes temperadoras da internacionalização, a mais comum no associativismo universitário e de ensino superior. É aquela que gera associações científicas de base temática; é a que dá origem à Associação Internacional de Lusitanistas, por exemplo, à Associação Internacional de Literatura Comparada, a centenas, quando não mais, de associações nascidas de afinidades disciplinares. O mundo académico e científico está cheio delas, todas ativas, umas mais pujantes, outras mais adormecidas.

O FORGES (ou a FORGES), numa das suas vertentes, cai neste âmbito – a fronteira que delimita a rede, assumidamente internacional e, portanto, sem fronteiras territoriais, é a gestão do ensino superior. É, pois, uma fronteira temática – gestão, organização e políticas de ensino superior.

A verdade, porém, é que junta a esta uma outra, que não deve nem pode passar despercebida e para a qual importa chamar a atenção. Sabemos que ela existe e é atuante, porque a vivemos no quotidiano de cada um dos nossos encontros, mas é como se dela não tivéssemos consciência efetiva: trata-se do espaço da língua portuguesa, que é, ao mesmo tempo, o segundo elo de união entre todos os participantes no FORGES e a sua fronteira delimitadora. O que se junta neste Fórum são estabelecimentos de ensino superior que têm o Português como língua de comunicação.

Logo, o FORGES, que possui como duplo critério o da língua (o Português) e o do âmbito de ação (a atividade de gestão, em sentido lato), nasce nesse contexto: procurar um espaço reflexivo comum e uma plataforma de interação no que respeita à gestão e às políticas setoriais do Ensino Superior.

Ora, é exatamente aqui que começam a despontar algumas perguntas, cuja pertinência fica à reflexão de cada um de nós.

Se uma das especificidades do FORGES é o instrumento de comunicação, ou seja, a língua portuguesa, contribui ela, de algum modo, para a essência do movimento? E para a sua coerência?

Perguntemos de outra forma: se o FORGES incluísse instituições espanholas, por exemplo, marroquinas, sul africanas, chilenas, seria diferente? E diferente em que sentido?

Entendamo-nos: partilhamos experiências, refletimos em conjunto, mas, porque os nossos sistemas legais são diferentes, essa partilha confronta-se, inevitavelmente, com os limites que nos são próprios.

Se assim é, o que perfaz e determina, então, a unidade? Justamente, a língua. A língua portuguesa, património comum de culturas que nela se enlaçam e elo de ligação privilegiado e, também, sede da identidade especial deste movimento.

Poderá haver, haverá, por certo, outros movimentos de cariz e objetivos semelhantes; mas este é de todos os outros diferente, na sua especificidade, graças ao veículo de comunicação que utiliza e é nele sinal distintivo.

E isso, convenhamos, não é de somenos. Mais importante se torna, aliás, neste tempo em que a internacionalização é servida pelo novo esperanto das línguas modernas, o Inglês (e não se leia nestas palavras qualquer aversão a essa língua franca da atualidade).

Este tempo sem fronteiras é o tempo do Inglês, como se sabe. Cada vez mais. Cada vez com maior intensidade.

Ora, é aqui, precisamente, que nasce uma outra pergunta, não menos pertinente: a língua, neste nosso caso, a língua portuguesa, é factor de identidade; pode, igualmente, considerar-se ou vir a ser factor de coesão?

Juntam-nos, repita-se, a gestão, a reflexão sobre modelos organizacionais, as políticas e a língua. É em torno destas realidades e de outras que lhes são acessórias que nos congregamos. Tentamos, através da nossa agregação como grupo, alcançar saltos qualitativos nos aspetos sobre os quais incidem a nossa reflexão e os nossos debates: a gestão, os modelos organizacionais, as políticas, as estratégias: conseguir melhores resultados na gestão, concretizar políticas mais acertadas e mais consentâneas com as metas de desenvolvimento que se nos impõem e que definimos, desenhar os modelos organizativos que melhor correspondam às necessidades do momento, e também às dificuldades, encontrar respostas estratégicas para os desafios com que somos confrontados.

E no que respeita à língua? Ela apenas nos junta ou será que nós podemos fazer alguma coisa por ela?

A afirmação da língua portuguesa e a demonstração da sua vitalidade e da sua dimensão no espaço internacional é, hoje, um combate que envolve (ou deveria envolver) todos os países da lusofonia e, neles, por maioria de razão, as instituições de educação e ensino, com particular destaque, como facilmente se compreende, para as de ensino superior.

E digo deveria envolver, porque não estou completamente seguro de que assim esteja a suceder, pelo menos de forma concertada. O mais vulgar é deixarmos acontecer, confiados no sucesso da economia de países como o Brasil, Angola, Moçambique, a que se vai juntando Timor. Esse sucesso tem vindo a provocar uma explosão de cursos e candidaturas aos estudos de Português um pouco por todo o lado, mas, muito em especial, nas economias hoje mais florescentes, com a China à cabeça.

Mas nós, que temos o peso e a responsabilidade de gerir o sistema, pertencemos, passivamente, ao grupo dos que ficam a assistir ao milagre ou entramos, por opção assumida, nesse outro grupo, o dos que entendem que as coisas, além de acontecerem por acaso (ou ao invés de acontecerem por acaso), necessitam de quem as faça acontecer?

Parafraseando, em outro sentido e num contexto bem diverso, o célebre presidente americano, mas indo mais longe do que ele, duas perguntas se nos impõem:

Que pode a língua fazer por nós?

Que podemos nós fazer pela língua?

Dito ou perguntado por outras palavras: a língua portuguesa é para nós, tão simplesmente, instrumento de comunicação ou podemos ambicionar que seja, também, instrumento de coesão?

Que é instrumento de comunicação, já o sabemos. É a língua, nem sequer direi oficial, mas sim única, o que possui bem mais força, das nossas reuniões, dos documentos nelas produzidos

ou a elas submetidos, das conclusões que delas resultam, dos debates nelas travados. É essa língua, a nossa, o espaço franco onde nos movimentamos, o núcleo duro do nosso entendimento e, portanto, o factor essencial da nossa identidade. A organização que somos colhe boa parte do seu sentido no facto de falar português.

E a coesão? Não será difícil imaginar que dela seja a língua também um instrumento. Outra seria a nossa capacidade de agregação, bem mais frágil, bem mais permeável a tendências e rumos, se não tivéssemos uma língua comum, se, como em outras reuniões, em outros *fora*, falássemos, em conjunto, em Inglês e somente em pequenos grupos, mais semelhantes a guetos, usássemos as nossas línguas.

Assim não acontece aqui. E esse facto é tão natural que talvez disso nos não tivéssemos dado conta. E, por assim não acontecer, é maior a partilha, é mais intensa a força gregária, são menos possíveis a fraturas e fissuras.

Eis, pois, de uma forma simples, o que a língua pode fazer por nós.

Mas... e que podemos nós fazer pela língua?

Não tenho a pretensão de ser dinossauro, guardião de tesouros arqueológicos, porteiro do templo da arca sagrada. Não creio, porém, que fosse muito, desde logo, pedir que adotássemos, em todas as circunstâncias da nossa vida profissional quotidiana, o Português, a nossa língua, a língua de onde se vê o mundo de uma forma muito especial, a língua que herdámos na nossa história comum e que ajudou a moldar essa mesma história comum, a língua que, por sobre mares e oceanos e continentes, nos uniu, a língua que o convívio de tantos séculos entre os nossos povos transformou, como se viajasse no porão dos navios, parte que foi do vai e vem das caravelas.

Leio, talvez, perplexidade e interrogações nos vossos rostos. E explico-me com palavras simples e diretas.

Podemos bater-nos por metas e objetivos, não por *goals* ou por *aims*. Podemos, nas nossas propostas e projetos, trabalhar com rascunhos ou esboços, sem necessidade de o fazermos com *drafts*. Podemos trabalhar sobre uma versão impressa, em vez de um *print*. Podemos, na gestão, refletir sobre intervalos ou divergências, não necessariamente sobre *gaps*. Podemos definir linhas mestras e não *guide lines*. Podemos funcionar em rede, como funcionamos, assim nos dispensando de o fazer em *network*. Podemos submeter resumos das nossas comunicações em reuniões e, dessa forma, não termos que submeter *abstracts* dos nossos *papers* para *meetings*. Podemos estabelecer prazos e limites, ao invés de *deadlines*. Podemos organizar a estrutura formal mais adequada, em vez do *layout*.

E mais: quando concebemos as metas e rumos das nossas instituições, não temos que o fazer a pensar no *target*; basta que o façamos a pensar no público alvo. A meio das nossas reuniões, não temos que fazer *coffee breaks*, quando podemos, simplesmente, fazer pausas ou intervalos para café. É bom que sejamos conhecedores das nossas competências e da nossa capacidade, mas não necessitamos de o exprimir por *capabilities* ou por *expertise*. O facto é que haverá sempre um equivalente para *know how* ou para *statement*, para *briefing* ou para *brainstorming*, para *report* ou, até, para *good will*, sem precisarmos de pôr de lado a língua que nos é comum e que marginalizamos ou trocamos, muitas vezes, não por incapacidade ou

necessidade, mas por sujeição à moda, quando não por pedantismo vazio, inútil, pretensioso e, sobretudo, sem sentido.

Os exemplos poderiam multiplicar-se, mas não precisamos de ser fastidiosos. O facto é que assim tem sucedido. E, por inércia, por preguiça, por desleixo ou por simples comodismo, fomos assistindo ao empobrecimento daquele que é o nosso mais rico instrumento de comunicação, herdado de pais e avós.

Cuidar da língua que falamos e da sua preservação não é mister, apenas, de professoras e professores dessa área, é função de todas e todos os utentes dessa língua. A começar, desde logo, pelos mais responsáveis, como sejam os gestores do sistema. Porque a língua tem necessariamente que ficar de fora da triste prática que leva a que todos valorizem apenas o território estrito e estreito das suas pequenas quintas e subestimem as impropriedades de comunicação, as falhas de linguagem, as incorrecções, os erros.

Não estou a defender, entenda-se, a uniformidade da linguagem no exercício da nossa atividade quotidiana. Isso seria assumir a ditadura de uma linguagem sobre as outras, o mesmo é dizer que seria o fim da regra da equidade, em sentido etimológico, que deve presidir a qualquer projeto de cooperação. Não. Aquilo que defendo mantém os traços identitários e não pretende diluí-los na aceitação passiva de expressões e palavras que a tradição incorporou em alguns territórios, mas que essa mesma tradição subverteu, se é que alguma vez os teve, em outros. Sei, por exemplo (e este exemplo basta, entre muitos), que as propinas que se pagam em Macau, em Portugal ou em outros países, se não podem cobrar no Brasil, sob pena de o sistema parecer marcado pela corrupção, já que é esse o significado de “propina” no Brasil. Isso, porém, são pormenores.

O que me pergunto, no fim de contas, é se não vale a pena o esforço de procurar na língua portuguesa, que é uma das balizas determinantes desta nossa organização, um dos cimentos da coesão dela.

Ao fazê-lo, há um outro passo que, em ordem a essa mesma coesão, poderia (importaria, até) ser dado: a mobilidade deveria ter, também, a língua como pano de fundo. Refiro-me à mobilidade em termos globais, essa velha marca do sistema académico (já as Universidades do Renascimento a cultivavam largamente): mobilidade de docentes, mobilidade de estudantes, mas também mobilidade de pessoal não docente, a qual tem sido praticada, apenas, em casos pontuais e muito fortuitos.

Isso pressupõe, desde logo, solidariedade.

Solidariedade, em especial, com países ou territórios onde o Português não é língua materna, como é o caso de Timor, de Macau, de Moçambique, e, em certas circunstâncias, de Angola, etc. Importa que aqueles que têm por língua materna o Português (e não me refiro somente a Brasil e Portugal) acolham estudantes, docentes e pessoal não docente, em regime de mobilidade temporária, numa lógica de partilha de experiências e de conhecimentos, praticada sob o princípio da língua comum. Mas importa, igualmente, que essa mobilidade, chamemos-lhe também intercâmbio, se verifique nos dois sentidos, por forma a que a comunidade de falantes que somos seja uma verdadeira comunidade.

A língua e as suas competências são suscetíveis de ações de melhoria, de desenvolvimento, de reforço; e o espírito de coesão, dentro da organização que somos, reforça-se com a prática de tais ações.

Permitam-me o exemplo modesto de Macau: pela própria natureza do território, o Instituto Politécnico de Macau (é em sua representação, com honra minha, que aqui estou) é trilingue, quando não quadrilingue. Chinês, inglês, português são, sistematicamente, línguas de comunicação interna, a começar na gestão, e também línguas de ensino. Para não dizer cantonense, mandarim, inglês, português. Do Português importa falar: é alvo de árduo esforço na gestão, na comunicação interna, na docência. Mandam as regras que alicerçam o prestígio e onde se firmam os patamares dos *rankings* que o Inglês seja a língua franca, o esperanto da nossa afirmação no palco internacional. Mas isso em nada diminui ou pode diminuir a aposta no Português, língua de comunicação e língua de administração. Essa é a partilha que podemos fazer com as outras instituições que nos ligam através deste Fórum.

O importante é termos consciência deste património comum que é a lusofonia, hoje reunida numa organização internacional, de raiz política, que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ou CPLP, mas que ultrapassa em muito as fronteiras dessa comunidade, como se prova aqui, neste mesmo Fórum.

Porque a constituição dessa Comunidade representou, tão somente, o reconhecimento, por parte dos poderes políticos constituídos, de uma realidade bem mais antiga e mais forte. Os passos decisivos foram passos lentos, de séculos, dados pelas várias comunidades da lusofonia num percurso comum de partilha da mesma língua. Não sabemos qual será o futuro dessa entidade política, cujo rumo se antevê complexo e difícil. Mas isso é o menos importante..

O mais importante é que a comunidade lusófona já existia antes de a CPLP existir; e continuará a existir, mesmo que os Governos venham a descobrir que a estrutura que criaram deixa de fazer sentido ou que os custos da sua manutenção ou circunstâncias novas podem ditar o seu apagamento. Não seria por óbito oficial que a lusofonia, enquanto comunidade, se extinguiria. E cabe-nos a nós, enquanto gestores do sistema de educação superior, um papel decisivo e determinante nesse processo.

A verdade é que as línguas não são apenas uma forma de exprimir objetos, factos, coisas, pensamentos, afectos; já seria muito se fossem isso, mas são mais; e também não são, apenas, uma espécie de máquina de filmar que toma os olhos do pensamento por câmara e as palavras por película. Não. As línguas são, também e sobretudo, um repositório de tradições, culturas, vivências, experiências que carregam consigo o peso imenso de uma história de séculos, de milénios. Uma língua, se verdadeiramente a quisermos entender, é a expressão da alma do povo ou dos povos que a falam. E isso faz da língua que nos une a obreira de uma alma comum a todos nós.

É isso, também, que dá sentido a esta nossa reunião. Mas é isso, também, que nos traz uma responsabilidade acrescida, sem disso, eventualmente, termos a plena consciência. Em cada debate, em cada documento, em cada acordo, em cada reflexão, unem-nos projectos, une-nos a procura de soluções comuns, une-nos o intercâmbio de vivências e experiências; mas une-nos, também, sem disso, repito, termos, por vezes, inteira consciência, a língua comum em que produzimos esses documentos, em que fazemos essas reflexões, em que travamos os nossos

debates. Se a língua é, como dizem os linguistas, o modo de recortar e moldar a realidade, a língua portuguesa é o modelo em que se desenha a realidade de que são feitos os nossos projetos. E isso é, já em si mesmo, um princípio de coesão. Ponto é que disso tenhamos consciência.

Mas devemos, talvez, ir mais longe. Esse é o desafio que aqui fica, em jeito de reflexão, às vezes em modo de pergunta, outras, quem sabe, de provocação: saibamos fazer da língua que nos une não somente o instrumento de trabalho e de comunicação, mas também o instrumento através do qual se reforçará a coesão que buscamos. Se nela soubermos alicerçar projetos, como alguns que foram enunciados, estaremos a dar passos nesse sentido. E estaremos a saber ser herdeiros do legado que temos e que nos é comum. E estaremos, enfim, a assumir o papel de liderança, que tem de ser o nosso, daquela parte das nossas comunidades que deve, por definição e por natureza, ser motor e pioneira de novos rumos de desenvolvimento.

Ermo é o lugar, deserto, com as cores do abandono e o retrato de escombros. Semente de ruína, parece, restos de cidade fantasma. Chamaram-lhe fronteira, quando o nome tinha a força da realidade que o suportava. Com o passar dos anos e a ação das comunidades, apagar-se-ão os escombros e de ruínas não sobrá rasto. Porque, de ambos os lados, a fronteira sucumbiu a uma realidade mais forte e que o tempo não saberá apagar: a língua, a mesma língua, neste caso a portuguesa. Esse há-de ser o seu condão. Diluída a fronteira e esvaída para os confins escusos da memória, essa há-de ser a nossa riqueza.